



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
REQUERIMENTO Nº 15

(Do Sr. Bruno Araújo e Elizeu Dionizio)

Requer seja convidada a Presidente da Caixa Econômica Federal, Senhora Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos acerca do suposto envolvimento da empresa pública na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 24, incisos VII, IX e XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidada a Sra. Miriam Belchior, Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, para que preste esclarecimentos acerca do suposto envolvimento da empresa pública na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A nova fase da Operação Lava Jato direcionou as investigações para a Caixa Econômica Federal. A suspeita dos investigadores é de que André Vargas, ex-deputado federal, cassado pela Câmara dos Deputados, comandava um esquema para desviar recursos da publicidade oficial do banco.

Segundo a polícia federal, Vargas é suspeito de receber propina da agência de publicidade Borghierh Lowe Propaganda e Marketing Ltda., responsável pelas contas publicitárias do banco e do Ministério da Saúde.

“A agência de publicidade Borghierh Lowe Propaganda e Marketing Ltda teria contratado serviços das empresas E-noise, Luis Portela, Conspiração, Sagaz e Zulu Filmes para a realização de serviços de publicidade para as referidas entidades públicas, e as orientado a realizar pagamentos de comissões de bônus de volume nas contas das empresas Limiar e LSI controladas por André Vargas e seus irmãos”,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

informa trecho do despacho do juiz federal 13ª Vara Federal de Curitiba (PR) Sérgio Moro, responsável pelos processos decorrentes da Lava-Jato.

No dia 10/04/2015, o site do jornal *O Globo* publicou matéria denunciando o esquema. Consta da publicação:

Nova fase da Lava-Jato chega ao Ministério da Saúde e à Caixa Econômica Federal

Agência subcontratava produtoras, duas delas eram empresas de fachadas em nome do ex-deputado André Vargas e seu irmão

POR THAÍS SKODOWSKI, ESPECIAL PARA O GLOBO / VINICIUS SASSINE / RENATO ONOFRE / GERMANO OLIVEIRA
10/04/2015 11:10 / ATUALIZADO 10/04/2015 16:10

CURITIBA, SÃO PAULO e BRASÍLIA — A Operação Lava-Jato abriu uma nova frente de investigação e chegou ao Ministério da Saúde e à Caixa Econômica Federal. Nesta terça-feira, a Polícia Federal desarticulou esquema que desviava dinheiro de contratos de agência de publicidade na 11ª fase da operação, batizada de “A Origem”. Ricardo Hoffman, ex-diretor da agência Borghi/Lowe, em Brasília, é suspeito de repassar comissões ao ex-petista e ex-deputado cassado André Vargas, em esquema semelhante ao operado pelo publicitário Marcos Valério durante mensalão. Os investigadores descobriram ainda que a empresa ligada a um irmão de Vargas recebeu, em 2013, R\$ 50 milhões do banco.

Além de Vargas, [foram presos preventivamente mais dois ex-deputados](#): Luiz Argôlo (SD-BA) e Pedro Corrêa (PP-PE), que cumpre regime semiaberto após ter sido condenado no processo do mensalão. Foram detidos provisoriamente: a secretária de Argôlo, Hélia Santos da Hora, Ivan Mernon da Silva Torres, Leon Vargas (irmão de André Vargas) e Ricardo Hoffman, diretor de uma agência de publicidade.

Segundo o delegado da Polícia Federal (PF) Igor Romário de Paula, André Vargas usou do cargo de vice-presidente da Câmara dos Deputados para influenciar a contratação da Borghi pelo os dois órgãos. De acordo com os investigadores, o gerente de marketing da Caixa, Claur dos Santos, que cuidava da verba de publicidade da instituição, chegou ao cargo por indicação política de André Vargas.

Ricardo Hoffman, que dirigia o escritório da Borghi/Lowe em Brasília, subcontratava outras empresas para prestar serviço. Através delas, eram repassados bônus de volume — como são chamadas as comissões pagas no mercado publicitário — a duas empresas ligadas direta e indiretamente a Vargas e a seu irmão, Leon Vargas: LSI Solução em Serviços Empresariais Ltda e a Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

— A praxe do mercado é a devolução dos 10% de bônus para a empresa que fez as subcontratações. Neste caso, o pagamento pela influência de Vargas na escolha da Borghi era que os 10% fossem pagos para as empresas de fachada dos irmãos Vargas. O bônus não voltava para Borghi, ia para as empresas do André e do Leon - detalha o delegado.

CAIXA DIZ QUE VAI INVESTIGAR CASO

De acordo com a Receita Federal, as produtoras Conspiração Filmes, E-noise, Luis Portela, Sagaz e Zulu Filmes repassaram recursos aos irmãos Vargas através da LSI e Limiar. Os investigadores querem saber o motivo das transações. Para isso, o juiz federal Sérgio Moro decretou a quebra dos sigilos fiscais e bancários das produtoras. As empresas, embora tenham contabilizado os pagamentos, negaram à fiscalização da Receita Federal a ocorrência de qualquer prestação de serviço por parte das duas empresas de fachada.

Em explicações encaminhadas ao Ministério Público Federal, as produtoras disseram que não mantiveram relações diretas com as empresas Limiar e LSI. As empresas juntaram documentos sobre os trabalhos realizados, como trilhas sonoras, jingles e filmes para a Caixa Econômica Federal. Para Moro, as empresas devem continuar sendo investigadas, mas ele ressalta que, a princípio, não “vislumbra” indícios da participação das cinco.

Em nota, a Caixa disse que “abrirá apuração interna para averiguar os fatos revelados hoje pela Polícia Federal. O banco diz ainda que “colaborará integralmente com as investigações e informa que encaminhará imediatamente todos os contratos relacionados às empresas citadas à Controladoria Geral da União, Polícia Federal e Ministério Público”.

O Ministério da Saúde informa que abriu sindicância interna para analisar as denúncias de irregularidades e avaliar as medidas cabíveis. Segundo a nota, “os contratos para a realização de campanhas de utilidade pública cumprem todos os requisitos exigidos na legislação”, e “a última concorrência pública ocorreu em 2010 e selecionou quatro agências. Os contratos têm vigência de um ano, podendo ser renovado por até cinco anos”. O ministério informou também que vai encaminhar para a Controladoria Geral da União e a Polícia Federal as informações dos contratos de publicidade, do período investigado.

Procurada, a Zulu Filmes confirmou que presta serviços rotinamente para a Borghi/Lowe, mas negou pagar bônus de volume. Também disse desconhecer as empresas ligadas a Vargas. A Luiz Portela Produções, razão social da produtora paulistana Atakk, informou que, por enquanto, não vai se pronunciar.

PF APREENDE DOCUMENTOS EM AGÊNCIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Polícia Federal apreendeu na agência de publicidade Borghi/Lowe, documentos relacionados às faturas de contratos com o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal. Há faturas também envolvendo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). Além dessa busca e apreensão, a PF cumpriu três mandados de condução coercitiva e uma de prisão temporária, em Brasília. Não houve busca e apreensão no ministério, na Caixa e nem na Apex. As três pessoas levadas à superintendência da PF, e que prestam depoimento neste momento, também não tem relação com esses órgãos públicos.

A agência Borghi/Lowe já recebeu do Ministério da Saúde, desde 2011, R\$ 112,5 milhões. O maior valor pago num ano - R\$ 32,1 milhões - foi em 2012. Neste ano, quando a agência já era investigada pela Polícia Federal, a Borghi recebeu R\$ 1,25 milhão. A agência faz campanhas publicitárias para o Ministério da Saúde, como o da prevenção de hepatite e vacinação de poliomielite.

VARGAS COMANDAVA EMPRESA DE FACHADA QUANDO DEPUTADO

O ex-deputado compôs o quadro social da Limiar com seu irmão Leon Vargas de 2009 a 2012, quando ele ainda era deputado. Os investigadores afirmam que a empresa era de fachada com um único empregado registrado entre 2011 e 2012. Já o quadro social da LSI era composto por Leon e Milton Vargas, outro irmão do ex-deputado cassado. A empresa não teve um único funcionário registrado. Segundo Moro, a Borghi/Lowe pagou propinas "sem causa lícita" a André Vargas e aos irmãos por meio de "estratagema fraudulento".

Os investigadores também rastrearam R\$ 50 milhões pagos pela Caixa Econômica a uma terceira empresa ligada a família Vargas. A IT7 Sistemas, que tem Leon Vargas como sócio, recebeu o montante só em 2013. Os montantes foram descobertos através de notas fiscais entregues pela contadora do doleiro Alberto Youssef, um dos principais operadores do esquema de corrupção da Petrobras.

"De acordo com o resultado da diligência de quebra de sigilo fiscal da empresa, constata-se que em 2013, ano da operação com a empresa de Meire Pozza (contadora do doleiro Alberto Youssef), a IT7 recebeu vultuosas quantias de entes públicos. Somente da Caixa Econômica Federal, a IT 7 recebeu quase R\$ 50 milhões", explica a Procuradoria.

Além da Caixa, a IT7 mantém contratos com Serviço Federal de Processamento de Dados, Celepar, CCEE entre outros órgãos da administração pública.

LIGAÇÃO DE VARGAS COM YOUSSEF

No despacho que autorizou a prisão Vargas, Moro lembrou da articulação feita pelo então deputado junto ao Ministério da Saúde em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

prol da Labogen, empresa farmacêutica que tinha entre os sócios o doleiro Alberto Youssef. De acordo as investigações, Vargas teria inclusive pedido ajuda ao então ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Assim que foi revelado a suposta intermediação, em março do ano passado, Padilha negou qualquer tipo de irregularidade. Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que não firmou contratos com a empresa de Youssef.

Documentos apreendidos durante a 1ª fase da Lava-Jato, mostram que Youssef entregou R\$ 2,3 milhões ao ex-deputado André Vargas em dezembro de 2013, quando ele ainda era deputado federal. O pagamento teria sido feito por Meire Bonfim Poza, contadora de Youssef.

Segundo a matéria é possível depreender que Vargas atuava em esquema semelhante ao operado pelo publicitário Marcos Valério durante o mensalão. Os investigadores relatam que a empresa ligada ao irmão do ex-petista recebeu, em 2013, R\$ 50 milhões da Caixa Econômica Federal.

Portanto, diante do que foi divulgado, é imprescindível a presença da Sra. Miriam Belchior, nessa Comissão, objetivando elucidar os fatos e prestar esclarecimentos não só a esta Casa, mas a toda população brasileira que vive um momento de insatisfação face aos escândalos de corrupção que assolam o nosso país.

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2015.

Dep. Bruno Araújo
PSDB/PE

Dep. Elizeu Dionizio
SD/MS